

FEMINISMO PARA OS 99%: UM MANIFESTO

FEMINISM FOR THE 99%: A MANIFESTO

Patrícia Costa Pereira da Silva¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

patthyp@gmail.com | orcid.org/0000-0002-9410-6417

O livro “Feminismo para os 99%: um manifesto”, de autoria de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, apresenta uma tese central: o capitalismo está na base das variadas opressões que atingem as mulheres no mundo. As autoras são teóricas feministas filiadas ao pensamento marxista: Arruzza é professora associada de filosofia na New School for Social Research, nos Estados Unidos; Bhattacharya é professora associada e diretora de estudos globais na Universidade de Purdue, nos Estados Unidos; e, Fraser é professora de filosofia e política na cadeira Henry and Louise A. Loeb da New School for Social Research, nos Estados Unidos, e cunhou a frase “feminismo para os 99%”. Todas as três autoras foram apoiadoras e/ou organizadoras da Greve Internacional das Mulheres nos Estados Unidos.

A versão brasileira da obra, que foi traduzida por Heci Regina Candiani e publicada pela editora Boitempo, traz as seguintes partes:

- a) um prefácio assinado pela Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL-RJ);
- b) um capítulo introdutório intitulado “Encruzilhada”;
- c) onze capítulos, sendo cada um referente a uma das onze teses apresentadas pelas autoras; e,

¹ Comunicóloga e pós-doutoranda em Sociologia pela UFRJ. patriciasilva@ifcs.ufrj.br

R E S E N H A

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



d) um posfácio assinado pela Deputada Federal Joênia Wapichana (REDE-RR).

O objetivo da obra é explicar três pontos:

1) porque as feministas devem escolher o caminho das greves feministas;

2) por que as feministas devem se unir a outros movimentos anticapitalistas e contrários ao sistema; e,

3) por que o movimento feminista deve se tornar um feminismo para os 99%.

De princípio, as autoras expõem que há duas visões do feminismo, sem entrar no mérito das diferentes vertentes que o feminismo possui na atualidade: o feminismo liberal e o feminismo anticapitalista. Estes, por sua vez, possuem intenções distintas: o feminismo liberal configura como um aliado do capitalismo, compreendendo que a igualdade social e o reconhecimento das mulheres teriam maior alcance dentro da cadeia econômica. Por sua vez, o feminismo anticapitalista deseja pôr fim ao capitalismo, por percebê-lo como o grande obstáculo para a conquista de um feminismo para todos. É importante dizer que o feminismo anticapitalista é defendido pelas organizadoras da marcha Huelga Feminista, greve organizada na Espanha na primavera de 2018, que teve a adesão de cinco milhões de mulheres.

Para as autoras, o feminismo liberal e o feminismo anticapitalista oferecem caminhos distintos para a humanidade: enquanto o feminismo liberal conduz para um mundo atrasado, no qual a vida humana é depauperada, o feminismo anticapitalista conduz a um mundo justo em que sua riqueza e seus recursos naturais sejam compartilhados por todos, onde a igualdade e a liberdade deixem de ser aspirações para se tornarem premissas.

Arruzza, Bhattacharya e Frazer convocam as feministas para a seguinte reflexão: para qual lado seguir? Continuar no desenvolvimento de estratégias fomentadas no seio do capitalismo através do feminismo liberal

ou voltar às trincheiras para conquistar a justiça de gênero em uma sociedade anticapitalista?

A obra, que é um manifesto, é também um guia para o segundo caminho: a retomada de um feminismo radical e transformador, que lute, de forma feroz, para o combate ao capitalismo. Para tanto, as autoras não deixam de apontar a necessidade de articulação com pautas antirracistas, ambientalistas e pelos direitos trabalhistas.

As autoras apresentam as estratégias e os cânones da luta do feminismo para os 99% através de onze teses, em que definem um caminho para a conquista do respeito e da igualdade entre homens e mulheres e para o combate ao feminismo para 1%.

A primeira tese, intitulada “Uma nova onda feminsita está reinventando a greve”, evidencia o surgimento de uma nova onda feminista que tem o intuito de reinventar o sentido de greve e visibilizar os anseios das mulheres e de outras classes subjugadas e inferiorizadas.

A segunda tese, intitulada “O feminismo liberal está falido. É hora de superá-lo”, apresenta a necessidade de superação do feminismo liberal, que não representa a totalidade das mulheres. Na perspectiva das autoras, o feminismo liberal é um braço aliado do capitalismo e está longe de oferecer uma solução para os problemas que atingem as mulheres no mundo.

A terceira tese, intitulada “Precisamos de um feminismo anticapitalista”, reforça a necessidade de construção de um feminismo anticapitalista que deixe de representar apenas 1% das mulheres. O feminismo defendido pelas autoras é um feminismo construtor de sentidos, que faz oposição aos ditames sociais que inferiorizam as mulheres e outros grupos sociais minoritários.

A quarta tese, intitulada “Vivemos uma crise da sociedade como um todo - e sua causa originária é o capitalismo”, faz uma análise do ponto central da crise na sociedade: o capitalismo. Ao atuar como construtor de uma lógica desproporcional entre mulheres e demais grupos minoritários, o capitalismo reforça as bases das opressões de gênero e raça.

Na quinta tese, intitulada “A opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa ao lucro. Queremos subverter as coisas na direção certa”, promove uma discussão dentro do campo de opressão de gênero sobre a condição de reprodução social lucrativa. Para as autoras, na sociedade contemporânea, a mulher é vista como reprodutora para o sistema capitalista.

Na sexta tese, intitulada “A violência de gênero assume muitas formas, sempre enredadas nas relações sociais capitalistas. Prometemos combater todas elas”, as autoras apontam o rompimento da violência de gênero dentro das relações sociais capitalistas como um imperativo.

A sétima tese, intitulada “O capitalismo tenta regular a sexualidade. Nós queremos libertá-la, demonstra como o capitalismo tenta regular a sexualidade das mulheres.” De uma forma inovadora, as autoras criticam o liberalismo sexual e o reacionarismo sexual.

Na oitava tese, intitulada “O capitalismo nasceu da violência racista e colonial. O feminismo para os 99% é antirracista e anti-imperialista”, as autoras abordam como o capitalismo é fortalecido a partir do racismo e como não é possível ser anticapitalista sem ser também antirracista.

A nona tese, intitulada “Lutando para reverter a destruição da Terra pelo capital, o feminismo para os 99% é ecossocialista”, trata da luta feminista que combate a exploração capitalista da terra, que tem como base uma estrutura corrosiva e destrutiva dos recursos naturais.

A décima tese, intitulada “O capitalismo é incompatível com a verdadeira democracia e a paz. Nossa resposta é o internacionalismo feminista”, aborda a crise do capital, definida como uma crise política, em que a dependência do político gera um cenário extremamente lucrativo, porém altamente prejudicial para o bem-estar social, a democracia e a paz.

A última e décima primeira tese da obra, intitulada “O feminismo para os 99% convoca todos os movimentos radicais a se unir em uma insurgência anticapitalista comum”, trata diretamente da luta do feminismo para os 99%, compreendendo o movimento feminista como condutor de

novos embates, na busca por soluções dos problemas enfrentados pelas minorias como cerne das mudanças em prol da igualdade entre homens e mulheres.

De uma forma geral, a obra apresenta os anseios sociais de igualdade, direito e respeito às mulheres e aos indivíduos de grupos hegemonicamente minoritários. Contudo, as autoras permanecem insistindo numa retórica antiquada - e exaustivamente repetitiva - ao responsabilizar o capitalismo por todos os males que por elas foram elencados. Nesse sentido, a obra não traz inovação no pensamento ou para a epistemologia feminista; pelo contrário, as autoras fazem um aproveitamento requentado de uma retórica marxista muito popular a partir do início do século XX e que parece rumar ao desuso na segunda década do século XXI.

O entendimento que a abolição do capitalismo é uma rota imprescindível para a dissolução de problemas sociais como sexismo e racismo já foi desconstruído por diversos intelectuais. Um destes intelectuais é Thomas Sowell. Em "Discriminação e disparidades", Sowell (2020) afirma que

(...) se a riqueza dos capitalistas ricos viesse da exploração dos trabalhadores, seria plausível esperar que onde houvesse grandes concentrações de capitalistas ricos, houvesse concentrações correspondentemente grandes de pobreza. No entanto, os fatos concretos apontam na direção oposta. (SOWELL, 2020, p.128)

Sowell (2020) aponta, ainda, que as diferenças entre os seres humanos normalmente decorrem de fatores mais complexos do que a mera discriminação arbitrária. Os anticapitalistas partem da premissa que em situações livres de exploração e de discriminação, o desempenho de todos os indivíduos, grupos e nações seria similar. Segundo Sowell (2020), esta ideia seria incorreta, pois mesmo em condições ideais, a curva de distribuição do sucesso sempre será como sempre foi ao longo da história do

mundo: assimétrica, independente das qualidades reais dos indivíduos em cenários de competição. Essa variabilidade tem relação com a natureza humana, onde cada sujeito, obviamente, é portador de características únicas e individuais.

As autoras apontam que “(...)um feminismo que é verdadeiramente antirracista e anti-imperialista também deve ser anticapitalista” (p.78). O estabelecimento do anticapitalismo como rota imprescindível para o antirracismo é um fenômeno contemporâneo. Intelectuais e ativistas dos movimentos negros das décadas de 1960 e 1970, por exemplo, não determinavam o anticapitalismo em sua luta contra o racismo. Um exemplo é a feminista negra Lélia Gonzales, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado.

Em uma entrevista para o livro “Patrulhas Ideológicas”, ao ser perguntada sobre a esquerda brasileira, Gonzales respondeu o seguinte:

(...)bom, eu gostaria de colocar aqui que eu pertencço ao Movimento Negro Unificado, que estamos aí numa batalha violenta no sentido de conquistar um espaço para o negro na realidade brasileira, e o que eu tenho percebido é uma tentativa por parte da esquerda em geral de reduzir a questão do negro a uma questão meramente econômico-social. Na medida que liquida o problema de classe, na medida em que entramos numa sociedade socialista, o problema da discriminação está resolvido. A meu ver esse problema é muito mais antigo que o próprio sistema capitalista, e está de tal modo entranhado na cuca das pessoas, que não é a mudança de um sistema para o outro que vai determinar o desaparecimento da discriminação racial. [...] As correntes progressistas, elas minimizam da forma mais incrível as nossas reivindicações. (PEREIRA & HOLLANDA, 1980, p. 204-205 *apud* RIOS, 2014, p.176)

Por outro lado, o esforço que as autoras fazem para retomar a categoria “classe” para o debate feminista é louvável. Com o avanço do identitarismo nos movimentos sociais e nos departamentos universitários, a classe, enquanto variável clássica da Sociologia, vem sendo substituída pelo termo “privilégio”. Segundo Pucklrose e Lindsay (2022)

Mais uma vítima do modelo interseccional "cada vez mais sofisticado" é o descaso pela variável mais materialmente relevante em muitos dos problemas enfrentados pelas mulheres (e por muitas minorias raciais e sexuais): a classe econômica. (...) O privilégio substitui a classe para os interseccionalistas. (...) "o conceito de privilégio social foi logo estendido a outras categorias identitárias - homem, heterossexual, cisgênero, magro, fisicamente apto e assim por diante." (p.97)

A difusão da teoria da interseccionalidade deu base para o ativismo político (e até estudos acadêmicos) concluir que o problema do Ocidente é o conjunto de homens heterossexuais, brancos e cisgêneros, tornando a luta de classes um problema secundário. Ou inexistente.

A obra traz, ainda, três contribuições extremamente relevantes para o momento atual que vivemos:

- 1) denúncia ao caráter elitista do feminismo liberal;
- 2) crítica veemente ao liberalismo sexual;
- 3) exposição clara e inteligível do passado racista do feminismo.

Sobre o primeiro ponto, as autoras tornam evidente como o feminismo liberal é parte do problema que ele anuncia:

centrado no Norte global, entre a camada gerencial-profissional, ele está voltado para a “imposição” e a “quebra do telhado de vidro”. Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão igualmente baseada no

mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. (p.37)

Em uma reportagem publicada pelo The Times², a professora de Economia do King's College London e Baronesa Wolf of Dulwich (CBE), Alisson Wolf, fez uma declaração polêmica que ratifica a crítica das autoras ao feminismo liberal: 15% das mulheres ricas estão “se afastando” do resto e optando por se concentrar em uma gama “incrivelmente limitada” de causas que servem, apenas, para promoverem suas carreiras.

Sobre o segundo ponto, Arruzza, Bhathacaraya e Fraser são ousadas - porém pertinentes - ao afirmarem:

(...) o que passa por liberação sexual muitas vezes reutiliza valores capitalistas. As novas culturas heterossexuais baseadas em relações sexuais e encontros on-line conclamam as mulheres jovens a ser “donas” de sua sexualidade, mas continuam a classificá-la pela aparência de acordo com a determinação dos homens. Encorajando a “domínio sobre o próprio corpo”, os discursos neoliberais pressionam as garotas a agradar aos rapazes, autorizando o egoísmo sexual masculino de maneira exemplar e capitalista. (p. 72)

Para as autoras, o capitalismo dissimula a libertação sexual feminina, de maneira a gerar exatamente o efeito oposto ao desejado - a objetificação de corpos femininos. Elas fazem a mesma crítica a respeito da aceitação social dos relacionamentos homossexuais:

(...) as classes médias gays emergentes são definidas em muitos países por seu estilo de consumo e seu direito à respeitabilidade. A aceitação dessa camada social não apenas coexiste com a marginalização e a repressão duradouras de pessoas queer pobres, em especial de grupos étnico minoritários, como participa da “lavagem rosa”, quando as

² Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/obsessions-of-wealthy-female-elite-betray-feminism-pxx5schm65s> (Acesso em 10/07/22)

peessoas no poder citam a aceitação de pessoas gays “sensatas”, “corretas”, para legitimar projetos imperialistas e neocolonialistas (...). (p.72-73)

A aparente aceitação de homossexuais e o incentivo ao empoderamento sexual feminino seria, segundo as autoras, uma cooptação neoliberal, que “(...) nos serviria em uma travessa para a predação direta do capital”. (p.73)

O terceiro e último ponto é bastante óbvio para intelectuais e ativistas negras, mas, ainda assim, é severamente negligenciado pela *intelligentsia*. As autoras denunciam o histórico entrelaçamento do feminismo com o racismo, especialmente em seu período sufragista. As autoras dizem: (...) as influentes sufragistas brancas fizeram reclamações explicitamente racistas depois da Guerra Civil dos Estados Unidos, quando os homens negros obtiveram o voto e elas não.” (p.76)

Provavelmente, é uma das poucas obras feministas - que não foram escritas por intelectuais negras - que reconhecem o racismo dentro do movimento feminista:

As feministas para os 99% reconhecem abertamente essa vergonhosa história e estão determinadas a romper com ela. Compreendemos que nada que mereça o nome de “libertação das mulheres” pode ser alcançado em uma sociedade racista, imperialista. (p.77)

Apesar da obra trazer uma leitura cansativa de uma retórica marxista, reforçando a necessidade de desenvolvimento de novas estratégias para a luta de classes, os três pontos supracitados fazem valer sua leitura, pois demarcam a seriedade e a honestidade intelectual das autoras.

Referências:

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019. 128p.

PLUCKROSE, Helen. LINDSAY, James. **(In)justiça social: desmontando mentiras e teorias absurdas sobre raça, gênero e identidade - os males autoritários do politicamente correto**. São Paulo: Faro Editorial, 2022.

RIOS, Flavia. **A questão racial na formação dos partidos brasileiros: os casos do PT e PDT no contexto da redemocratização**. 2014. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/download/89/61/> (acesso em 06/06/2022)

SOWELL, Thomas. **Discriminação e disparidades**. Rio de Janeiro: Record, 2020.